

ESCÂNDALO/PARTIDOS

ESTADO DE SÃO PAULO

PSDB critica divulgação de nomes

AE

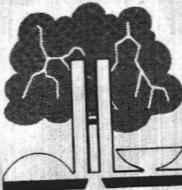


Ciro: "Democracia corre risco"

*Dirigentes tucanos
condenam a
"irresponsabilidade" de
integrantes da CPI*

SILVIO BRESSAN

Os principais líderes do PSDB estão revoltados com alguns integrantes da CPI do Orçamento por terem divulgado nomes de parlamentares que estariam envolvidos num suposto esquema de corrupção montado pela Construtora Norberto Odebrecht. As novas denúncias atingiram algumas figuras do partido, como os deputados Teotônio Vilela Filho (AL), Osmânia Ramos (MG) e o senador Almir Gabriel (PA) e provocou a indignação dos líderes tucanos. Eles também criti-



caram os integrantes da CPI por discutirem o assunto com o presidente Itamar Franco e com os ministros militares. Durante a abertura do II Congresso Nacional do PSDB, neste final de semana, em São Paulo, o presidente do partido, Tasso Jereissati; o

governador do Ceará, Ciro Gomes; o senador Mário Covas (SP) e o deputado José Serra (SP) condenaram a "irresponsabilidade" e "publicitarismo" de alguns participantes da CPI do Orçamento.

Apesar de não citarem nomes, os alvos principais foram o senador José Paulo Bisol (PSB-RS) e o deputado Aloízio Mercadante (PT-SP). Para o governador Ciro Gomes, ficou muito estranha a versão de que o delegado da Polícia Federal determinou a apreensão dos papéis da

Odebrecht depois recebeu uma tentativa de suborno, em telefonema de um diretor da empreiteira. "Nunca vi ninguém subornar por telefone e as anotações apócrifas também são suspeitas", observou. "Foi uma maluquice o que fizeram."

COVAS:
"ÉTICA É
PRESERVAR
INOCENTES"

Até o senador Covas, que também participa da CPI, reclamou da divulgação de alguns nomes, como o do senador Almir Gabriel. Ao final de seu pronunciamento, Covas pregou a necessidade de maior ética na sociedade e

no Congresso. "Ética é preservar o nome dos deputados inocentes", exemplificou. Para ele, a CPI não poderia divulgar nada sem ouvir os envolvidos. "A divulgação foi um pouco antecipada para documentos apócrifos e nomes que não fazem sentido", afirmou Covas.